

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



GRANDES EVENTOS - ESTUDO TEÓRICO PARA O CONTRIBUTO DE UMA DEFINIÇÃO NA ÓTICA DA PSP

Estudo Teórico

Autor: Hugo Filipe Miranda Gonçalves Pimentel (Comissário)

Lisboa, 5 de julho de 2019



RESUMO

O sucesso dos Eventos em Portugal é fundamental para o seu prestígio internacional, no entanto, necessitam da garantia que decorrem num ambiente seguro. A Polícia de Segurança Pública (PSP), por força das suas atribuições legais tem a tarefa fundamental de garantir a segurança de pessoas e bens na sua área de responsabilidade territorial. Como tal, a PSP, enquanto Força de Segurança integral e vocacionada para a segurança pública nos grandes centros urbanos é um ator incontornável nos maiores e mais importantes eventos que se realizam no nosso país.

Este estudo, acima de tudo, visa ser uma mais-valia para a definição conceptual da temática dos Grandes Eventos no seio da PSP, contribuindo para a caracterização de um Grande Evento na ótica da Segurança Pública, bem como para a atribuição de critérios que possibilitem sua categorização.

Palavras-chave: Classificação; Conceito; Grande Evento; PSP; Segurança

ABSTRACT

The success of the Events in Portugal is fundamental to its international prestige, however, the Public Security Police (PSP), due to its legal restrictions has a fundamental task to ensure a security of people and property in its area of responsibility territorial. As it is, a PSP, while the integral force and vocation for public safety in large urban centers is an essential actor in the largest and most important events that take place in our country.

This study, above all, aims to be an initiative for a conceptual definition of the theme of the Major Events within the PSP, contributing to the characterization of a great event. their categorization.

Key-words: Ranking; Concept; Major event; PSP; Security

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, Portugal tem consolidado a sua posição internacional enquanto organizador/anfitrião de Grandes Eventos internacionais. São disso bons exemplos, a Expo 98, o Euro 2004, a Cimeira Nato 2010, o Optimus /Nos Alive, o Rock in Rio, o *Red Bull Air Race*, o *The Tall Ship Races*, o Estoril Open, o *Tennis Masters Cup 2000*, a *Volvo Ocean Race*, o Lisboa-Dakar, a Meia Maratona de Lisboa EDP, a Volta a Portugal em Bicicleta, o Festival da Eurovisão 2018, a *Web Summit*, as diversas visitas de altas entidades (Reis, Papas, Chefes de Estado e de Governo, etc.), entre tantos outros Grandes Eventos internacionais.

O papel dos Grandes Eventos na consolidação internacional tem sido uma prioridade estratégica definida pelo Governo português, conforme decorre da “Estratégia turismo 2027 - liderar o turismo do futuro”. Nela estabelecem-se cinco eixos estratégicos, sendo um deles “projetar Portugal, aumentando a notoriedade de Portugal nos mercados internacionais enquanto destino para visitar, investir, viver, estudar e de Grandes Eventos e posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional” (2017, p. 4). Também Joana Ramalho (2013) reforça esta ideia referindo que:

O Turismo de Portugal tem vindo a centrar a sua atuação precisamente no objetivo de projetar uma imagem de notoriedade para o exterior. Tem concentrado esforços na realização de Grandes Eventos – desportivos, culturais, socioprofissionais –, na participação em feiras internacionais, e na divulgação de materiais promocionais. (p. 60)

Esta aposta estratégica tem, inclusivamente, respaldo legal através da criação do Fundo de Apoio ao Turismo e Cinema (Decreto-lei nº45/2018, de 19 de junho), instrumento desenhado para captar Grandes Eventos internacionais para o país com o objetivo de “reforçar o posicionamento de Portugal enquanto destino turístico, para a coesão do território, para a redução da sazonalidade e para a sustentabilidade no turismo, nomeadamente através do apoio à captação de Grandes Eventos internacionais”.

O documento “Estratégia turismo 2027” identifica os reconhecidos níveis de segurança do país como ponto positivo e como potencialidade do turismo em Portugal. E efetivamente

são vários os indicadores que destacam Portugal enquanto país seguro. Destacamos o *Global Peace Index 2019*, onde Portugal surge na terceira posição entre 163 países, e o *Global Terrorism Index de 2018* surge como o 25º com menor risco de terrorismo entre 163 outros países. No entanto, na referida estratégia, não há qualquer alusão à dimensão securitária enquanto fator de sucesso na organização de Grandes Eventos internacionais.

A correlação não poderia, no entanto, ser mais evidente: a atual conjuntura internacional, caracterizada por alguma insegurança, essencialmente motivada por ataques terroristas praticados tendo por alvo locais onde decorrem Grandes Eventos (a feira natalícia no centro de Berlim, o concerto da Ariana Grande no Manchester Arena, as comemorações do Dia da Bastilha em Nice ou os ataques em novembro de 2015 na cidade de Paris) é efetivamente uma preocupação para os países anfitriões ou organizadores desses eventos, face ao risco inerente.

Disso mesmos nos dá conta o Diretor do Sistema de Informações e Segurança (SIS), ao referir que:

com os atentados do Charlie Hebdo, em Paris, a 07 de janeiro de 2015, o negócio nas grandes superfícies sofreu uma queda entre 10 e 18% e no sector do turismo, que representa cerca de 8% do PIB de França, as reservas hoteleiras sofreram uma queda de 10%. Na região de Paris a diminuição de receitas foi de 750 milhões de euros no 1º semestre de 2016. O Tesouro francês estimou que os efeitos dos ataques terroristas custaram mais de 2.000 milhões de euros. (Cruz, 2016; retrieved from https://www.sis.pt/media/2018/01/Intervencao_algarve_turismo.pdf)

Esta mesma ideia é frequentemente reforçada no discurso político, de que constitui exemplo a seguinte declaração do Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita:

estive numa reunião internacional em que a referência que é feita a Portugal é a de um país com uma imagem de uma notável segurança. Só isso permitiria o sucesso do nosso turismo e de iniciativas tão diversas como o Festival da Eurovisão, a *Web Summit* ou grandes festivais. (Diário de Notícias, 2019)

No mesmo sentido, o Ministro Adjunto e da Economia Pedro Siza Vieira refere que “Portugal sabe organizar Grandes Eventos, eles colocam grandes exigências às organizações: do ponto de vista dos transportes, do alojamento, da segurança, das comunicações” (in Silva, 2019).

Uma das principais características dos Grandes Eventos é a sua distribuição geográfica, que incide maioritariamente nos centros urbanos. Como tal, e salvaguardando algumas exceções, incumbe especialmente à PSP, fruto da sua competência territorial, a responsabilidade pela segurança de Grandes Eventos.

Parece-nos, por isso, fundamental que a PSP esteja dotada de todas as ferramentas de planeamento que se afigurem úteis para fazer face a esta exigência, a começar por um sistema métrico de categorização e hierarquização dos inúmeros eventos que ocorrem na sua área. Este sistema, cujos princípios nos propomos apresentar, permitirá ajustar a atuação da PSP à dimensão de cada acontecimento, diminuindo o grau de discricionariedade do decisor policial.

Criar as condições necessárias de segurança para um Evento, acarreta um esforço complexo de planeamento e posterior execução face às inúmeras variáveis que estão subjacentes. Essa complexidade traduz-se num enorme impacto nos modelos de policiamento aplicados pela PSP para cada evento em concreto, e bem assim, para o modelo de policiamento a adotar na(s) cidade(s) onde o evento tem lugar.

Este impacto pode traduzir-se num colossal empenhamento de recursos humanos e materiais e, como tal, é preciso que esse envolvimento seja ajustado e adequado para garantir a segurança ao tipo concreto de evento, no tempo e da forma adequadas, em respeito por princípios de eficácia e eficiência, tal como preconizado no conceito de *segurança just in time (JITS)*, advogado por vários autores, dos quais se destaca, em Portugal, José Torres.

Nesta linha, adotámos como título do nosso estudo: Grandes Eventos - Estudo Teórico para o contributo de uma definição na ótica da PSP. Este estudo está integrado na frequência do Curso de Comando e Direção Policial, que requer a elaboração de um Trabalho Individual Final subordinado a um tema selecionado pelo autor, de entre os previamente definidos. A nossa opção recaiu no tema n.º 2 – Planeamento de Operações Policiais.

Orientámos o nosso estudo pela seguinte pergunta: Existem na PSP critérios de classificação e categorização de grandes eventos? Especificando, pretendemos estudar os fatores que devem ser considerados para a classificação de Grandes Eventos, no quadro do

planeamento operacional, aproveitando a experiência da PSP na gestão destas operações de segurança.

Propomo-nos, pois, alcançar o seguinte objetivo:

- Criar um sistema métrico de classificação de Grandes Eventos, que se constitua uma ferramenta de apoio ao planeamento operacional, e que assente na identificação e subsequente valoração de critérios pré-definidos.

A escolha deste tema assenta, por um lado, na constatação de que inúmeros países adotaram sistemas para classificar os seus eventos, e por outro na experiência profissional do autor que, no decurso da sua atividade, se depara com a necessidade permanente de decidir sobre o grau de intervenção e medidas de segurança a implementar nos inúmeros eventos que ocorrem no nosso país.

A inexistência de critérios concretos tem efeitos a vários níveis. Desde logo ao nível operacional uma vez que obriga os decisores policiais a planear a segurança de um Grande Evento com base no seu conhecimento empírico. Também ao nível estratégico e de coordenação, na medida em que, no limite, pode determinar o grau e a natureza da intervenção do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI).

Havendo uma caracterização específica de Grande Evento, torna-se possível avaliar *a posteriori* se o planeamento da operação de segurança respeitou a identificação (classificação) atribuída, retirar as lições aprendidas de cada caso, bem como evitar a discricionariedade na atribuição de competências.

2. OS EVENTOS NA ÓTICA DA SEGURANÇA: ESTADO DA ARTE

Os eventos, no sentido sociológico do termo, são amplamente discutidos, mas raramente encontramos uma definição que os consiga caracterizar concretamente. Quando falamos sobre um evento, normalmente associamo-lo a um determinado acontecimento “num determinado lugar e tempo; um conjunto especial de circunstâncias; uma ocorrência notável” (Getz, 2007, p.18). O mesmo autor descreve um acontecimento como algo que:

tem um início e um fim. Eles são fenómenos temporais, e planeados, o programa ou horário do evento é geralmente planeado em detalhe e divulgado com antecedência.

Eventos planeados também são geralmente confinados a lugares específicos, embora

o espaço envolvido possa ser uma instalação específica, um espaço aberto muito grande ou muitos locais. (Getz, 2007, p.18)

Os eventos podem também ser caracterizados de acordo com a sua natureza ou finalidade:

uma concentração elevada ao longo de um período alargado, mas limitado no tempo de iniciativas em espaços diversos da cidade, região ou país de acolhimento. Entre nós, o destaque nas últimas décadas tem sido dado aos eventos de cariz desportivo, por um lado, e cultural, por outro. (Ramalho, 2013, p.1)

Em algumas ocasiões, os eventos serão ainda classificados conforme a sua dimensão e os impactos (positivos ou negativos) económicos, securitários ou políticos que poderão ter.

Apesar da classificação de Grande Evento, existem autores que também classificam alguns acontecimentos como ‘Megaeventos’ e estes podem ser definidos como:

ocasiões sem carácter fixo, de duração fixa, que atraem um grande número de visitantes, com um elevado impacto mediático, acarretam enormes custos e impactos no ambiente e na população que os rodeia. Inclui eventos desportivos e não desportivos, mas exclui os eventos que se repitam no mesmo local. (Müller, 2015, p. 639)

Ou “o maior e mais significativo dos eventos” (Gretz, 2007, p.25).

Numa conferência da *International Association of Scientific Experts in Tourism* ocorrida em 1987, procurou-se examinar as definições e implicações que esses eventos podem ter. Por exemplo, Marris (in Getz, 2007, p.25) disse que “os megaeventos deveriam exceder um milhão de visitantes”. Já Vanhove e Witt (in Getz, 2007, p.25) acrescentaram que “deveriam atrair publicidade mundial”. No entanto, Getz (2007) crê que se trata de

um termo relativo. Se nós equipararmos o mega a um tamanho grande, então geralmente são os Jogos Olímpicos, feiras mundiais e outros Grandes Eventos desportivos dos quais falamos. Megaeventos, por seu tamanho de importância, são aqueles que atingem níveis extraordinários de turismo, cobertura da imprensa, prestígio ou impacto económico para a comunidade anfitriã, local ou organização.

(p.25)

Considerando que um evento pode ter, como já vimos, um cariz desportivo, importa mencionar a Resolução da Assembleia da República n.º 52/2018, que aprova a Convenção do Conselho da Europa sobre uma Abordagem integrada da segurança, da proteção e dos serviços por ocasião dos jogos de futebol e outras manifestações desportivas, de 3 de julho de 2016.

Esta Convenção do Conselho da Europa, baseada nas melhores práticas europeias dos últimos 30 anos, surge, segundo o *site* <https://www.coe.int/en/web/sport/safety-security-and-service-approach-convention>, do número crescente de jogos europeus de alto nível, de uma maior cobertura da imprensa, de uma maior interação com as redes sociais e da atual facilidade em viajar que origina uma maior circulação de um maior número de adeptos pela Europa.

Esta Convenção, conforme consta do seu preâmbulo, tem o objetivo de garantir “o direito dos indivíduos à integridade física e com a sua expectativa legítima de assistirem a jogos de futebol e a outros eventos desportivos sem medo de violência, desordem pública ou outras atividades criminosas”. Além disso, pretende “tornar os jogos de futebol e outros eventos desportivos agradáveis e acolhedores para todos e, ao mesmo tempo, reconhecendo que a criação de um ambiente acolhedor pode ter um impacto positivo e significativo na segurança e proteção desses eventos”.

Sendo certo que os eventos de natureza desportiva ocupam um lugar único em matéria de estudo e implementação de medidas de segurança - muito por força do movimento *Hooligan* que abalou a sociedade inglesa principalmente nas décadas de 70 e 80, a ponto de ser evocado como *The English Disease* - somos da opinião de que os objetivos traçados por esta-Convenção são transversais e aplicáveis a eventos de qualquer outra natureza, com as necessárias adaptações.

Este documento internacional enuncia claramente três pilares que devem sustentar a organização de um evento: O pilar da segurança, o pilar da proteção e o pilar que trata das medidas de serviço que tornam o evento acolhedor.

A distinção de cada um desses pilares é feita no seu art. 3º, que discrimina as medidas de proteção (*safety*), as medidas de segurança (*security*) e as medidas de serviço (*service*).

As medidas de proteção são definidas como:

qualquer medida concebida e aplicada, com o intuito principal de proteger a saúde e o bem-estar de indivíduos e de grupos que assistam, ou participem, num jogo de futebol ou em qualquer outro evento desportivo dentro ou fora do estádio, ou que residam ou trabalhem nas proximidades do evento.

No mesmo art.º as medidas de segurança estão definidas como

qualquer medida concebida e aplicada, com o intuito principal de prevenir e reduzir o risco e/ou de fazer face a qualquer tipo de violência, outra atividade criminosa ou distúrbios causados por ocasião de um jogo de futebol ou de qualquer outro evento desportivo, dentro ou fora de um estádio.

Finalmente são definidas as medidas de serviço como “qualquer medida concebida e aplicada, com o intuito principal de fazer com que indivíduos e grupos se sintam confortáveis, estimados e bem-vindos durante um jogo de futebol ou outro evento desportivo, dentro ou fora de um estádio”.

Ao longo desta secção, procuramos demonstrar que um evento é um acontecimento que pode servir vários fins, é planeado e tem diversos impactos inerentes, nomeadamente na conceção da sua segurança, cujo objetivo deverá ser “proporcionar um ambiente seguro, protegido e acolhedor” (Convenção do Conselho da Europa; retrieved from <https://dre.pt/home/-/dre/114701945/details/maximized>).

2.1. As perspectivas internacionais

2.1.1. *United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute (UNICRI)*

Seguindo de muito perto o Manual EU-SEC II (2011) da UNICRI, pode dizer-se que um Grande Evento é um evento planeado, com caráter extraordinário e encargos adicionais de segurança, tipicamente caracterizado por um significado ou uma popularidade histórica ou política, uma grande cobertura mediática - também ela internacional - uma participação de cidadãos de diferentes países e eventualmente um público-alvo, participação de altas entidades ou com enorme relevância, a participação de um elevado número de pessoas com potencial de provocar desacatos. A cooperação e assistência de âmbito internacional podem ser necessárias em relação ao seu planeamento de

segurança. Dentro deste conceito cabem os desfiles e manifestações, visitas de altas entidades, cimeiras e cerimónias de caráter internacional, espetáculos de diversão, espetáculos desportivos, entre outros.

2.1.2. Perspetiva inglesa

O *National Police Chiefs' Council (NPCC)*, órgão consultivo que possibilita que os Chefes de Polícia desenvolvam um trabalho conjunto com a finalidade de melhorarem os policiamentos retrata um evento no seu *Event policing: NPCC operational advice document* (2018) como uma ocasião pública ou social planeada onde se incluem os eventos desportivos (incluindo os que tenham lugar em eixos rodoviários), os concertos e festivais, eventos de caridade, desfiles. (National Police Chiefs Council, 2018, p.1)

Este órgão identifica os eventos onde a segurança deva ser garantida pela polícia. São eventos nacionais que atraiam interesse / frequência pública significativa (possivelmente incluindo transmissão de TV ao vivo); eventos que provavelmente resultarão em crime e / ou desordem significativos; eventos nos quais a avaliação da ameaça do Centro de Análise Conjunta de Terrorismo indica a necessidade de nomearem um Coordenador de Segurança (CS); os eventos em que o perfil do público possa originar o aumento do risco de criminalidade, desordem, questões de salvaguarda ou terrorismo.

A nomeação de um CS pode acontecer em eventos militares públicos, político-partidários e conferencias de alto nível, eventos cerimoniais de alto nível, eventos que envolvam altas entidades, eventos de massas, entre outros (p.3).

Segundo a *Authorised Professional Practice* do *College of Policing*, no site <https://www.app.college.police.uk/app-content/public-order/policing-football/#top>, “foram padronizadas um conjunto de categorias usadas pela polícia para destacar o risco de

desordem associada a eventos de futebol. As categorias devem ter em conta o potencial de desordem em toda a área do evento” e são descritas da seguinte forma:

PF - Polícia Livre - nenhum risco identificado que exija que os policias sejam destacados para o evento ; SO - Spotters Only - nenhum risco específico identificado, mas deve existir *spotters* dedicados a um clube; A - baixo risco de desordem; B - risco médio de desordem; C - alto risco de desordem; CIR - aumento do risco de desordem devido a preocupações específicas.

A polícia deve usar essas categorias como uma ferramenta de planeamento para garantir que o número apropriado de recursos no policiamento seja implantado, para minimizar o risco de desordem em eventos de futebol.

2.1.3. Perspetiva neozelandeza

O *New Zealand Major Events* é a entidade que aconselha o governo neozelandês a investir em Grandes Eventos e estabelece parcerias com o setor de eventos no intuito de atrair eventos e aproveitar os seus benefícios para a Nova Zelândia.

Para esta entidade um Grande Evento é algo que gera benefícios económicos, sociais e culturais significativos, imediatos e de longo prazo para a Nova Zelândia. Atrai um número significativo de participantes e espectadores internacionais. Tem um perfil nacional e uma cobertura significativa dos media internacionais em mercados de interesse turístico e oportunidades de negócios. Os eventos são classificados entre as seguintes categorias: Megaeventos, Grandes Eventos, Eventos regionais e os Eventos locais. O *New Zealand Major Events*, no site <https://www.majorevents.govt.nz/security-2/types-of-events/> define cada um deles da seguinte forma:

Os Mega Eventos trazem um número significativo de participantes, tanto internacional quanto nacional, mas os participantes internacionais representam uma proporção considerável. Esses eventos geram interesse substancial da imprensa

internacional e inúmeros benefícios significativos para a Nova Zelândia. Exemplos: o *Rugby World Cup 2011*, o *ICC Cricket World Cup 2015* e a *36th America's Cup*.

Os Grandes Eventos atraem um número significativo de participantes nacionais e internacionais. Há um grande número de participantes internacionais e interesse da imprensa. Alguns exemplos de Grandes Eventos são a *Women's Rugby World Cup 2021*, os *New Zealand Masters Games 2017* e o *World of WearableArt*.

Os eventos regionais atraem principalmente os participantes nacionais, embora também possam atrair alguns participantes internacionais e cobertura de imprensa internacional. Estes eventos podem gerar benefícios para o país, mas são essencialmente benefícios regionais. Alguns exemplos de eventos regionais são a *WOMAD*, a Maratona de Queenstown, os campeonatos regionais de rugby e a *CubaDupa*.

Os eventos locais atraem principalmente os participantes locais. Eles não atraem participantes internacionais nem cobertura internacional. Os benefícios que os eventos locais e comunitários geram serão principalmente para a cidade ou cidade em que eles estão localizados. Alguns exemplos de eventos locais são o Festival Newtown, os Carnavais Escolares, o *Weetbix Kids Triathlon* e o *A & P Shows*.

2.1.4. Perspetiva americana

Os eventos nos Estados Unidos da América (EUA) que necessitem de medidas de segurança estão abrangidos pelo *National Special Security Events* (NSSE) e pelo *Special Event Assessment Rating* (SEAR). O SEAR unificou os dois sistemas de classificação de eventos especiais que havia anteriormente nos EUA, o *Special Event Homeland Security*

Levels do U.S. Department of Homeland Security (DHS) e o Special Event Readiness Levels do Federal Bureau of Investigation.

Os NSSE são declarados pelo Secretário do DHS em representação do Presidente dos EUA e são descritos como eventos de alto perfil, geralmente públicos em virtude do seu significado político, económico, social e religioso, que podem ser alvo de ameaça terrorista ou de outra atividade criminosa. Incluem a participação de altas entidades, autoridades americanas e estrangeiras. O interesse federal exige a garantia de que o evento é realizado sem incidentes e que os recursos necessários sejam disponibilizados.

São categorizados como NSSE as inaugurações presidenciais, as grandes cimeiras internacionais, os Grandes Eventos desportivos, e as convenções de nomeação presidencial. O *United States Secret Service* é designado como a entidade responsável pela segurança dos NSSE.

Os eventos abrangidos pelo SEAR são aqueles que estão abaixo dos NSSE.

O SEAR incorpora uma metodologia de avaliação de risco que prioriza eventos especiais submetidos ao governo federal. (...) O sistema usa sete fatores no processo de avaliação de risco para chegar a cinco níveis de classificação de eventos especiais. Os níveis de classificação vão, desde o SEAR-I: suporte total do governo dos EUA, até ao SEAR-V: exigem ao Estado e/ou local que organiza o evento os recursos necessários. Os sete fatores são:

- O número de participantes do público em geral;
- O número de VIP e chefes de Estado;
- O significado histórico, político, religiosa e / ou simbólico;
- A dispersão geográfica e complexidade de proteção;
- A duração - que podem afetar a alocação de recursos;
- O local - determinados locais podem ser mais convidativos para um(s) ataque(s);
- A capacidade de preparação - Estado / local para proteger um evento.

(Connors, 2007, p.16)

2.2. Perspetiva portuguesa

Em Portugal, as referências existentes a um grande evento, na ótica da segurança são quase inexistentes, exceto na Lei de Segurança Interna (LSI; Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto) que, no seu art.º 18º, atribui competências de controlo ao policiamento de eventos de dimensão ampla ou internacional ao SGSSI, mediante determinação conjunta dos Ministros da Administração Interna e da Justiça. Importa mencionar que não existem indicadores que auxiliem na determinação do que é “dimensão ampla ou internacional”, nem um instrumento que auxilie a tomada de decisão política neste campo, o que obriga o titular do cargo de decisor a uma avaliação casuística e discricionária.

A Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, que estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança, define no seu art.º 3º, al. h), o espetáculo desportivo como “o evento que engloba uma ou várias competições individuais ou coletivas” e o seu art.º 12º qualifica o evento em três graus: risco reduzido, risco normal e risco elevado. A qualificação pressupõe o respeito por determinados critérios.

Por fim, podemos encontrar no Plano Nacional Estratégico do Turismo de 2007 (PNET 2007), uma classificação para os eventos em três grandes tipos: os megaeventos (Expo 98 ou Euro 2004), os Grandes Eventos promocionais e a animação local, no entanto, não especifica as características de cada uma das tipologias apresentadas, nem em que medida acarretam responsabilidades para os atores da segurança interna em Portugal.

Não podíamos falar da perspetiva portuguesa dos eventos na ótica da segurança sem enquadrarmos sumariamente o Sistema de Segurança Interna (SSI) e a PSP.

2.2.1. O Sistema de Segurança Interna e os Grandes Eventos

O SSI em Portugal integra uma pluralidade de FSS, entre as quais a PSP, com o objetivo de prosseguir os fins legalmente definidos na Lei de Segurança Interna.

Considerando o elevado número de atores nas FSS, bem como as diversas competências e atribuições específicas que cada um deles detém, houve necessidade de criar um órgão de coordenação. Por força da Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2007, de 19 de março, surgiu o SGSSI.

O SGSSI possui um conjunto de competências de coordenação das FSS, de direção e gestão dos recursos comuns, de controlo de eventos de dimensão ampla ou internacional e de incidentes tático-policiais, que impliquem uma atuação conjugada e/ou conjunta das diversas FSS.

No que diz respeito às competências de coordenação, o SGSSI deve estabelecer mecanismos de articulação entre as FSS com os organismos congéneres internacionais e estrangeiros, e ainda com os demais atores públicos e privados relevantes na área da segurança.

Na medida em que o SSI compreende diversas entidades com competências e atribuições próprias, é natural que numa operação de segurança a um evento (seja de caráter social ou a visita de uma alta entidade) também sejam intervenientes essas diversas entidades que concorrem para o mesmo fim. Sempre que o SGSSI entender que há necessidade (através de uma avaliação casuística do evento), convoca as FSS e demais entidades que integram o SSI para uma reunião de planeamento inicial onde são debatidas as questões inerentes à coordenação interentidades. Essas questões abarcam desde o planeamento de segurança, controlo de estrangeiros nas fronteiras, emergência médica e socorro, entre outros.

2.2.2. A PSP e os Grandes Eventos

A Lei orgânica da PSP define no seu artigo 1.º que a PSP enquanto força de segurança tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos. São ainda atribuições da PSP, conforme decorre do artigo 3º do mesmo diploma, manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas; garantir a segurança nos espetáculos, incluindo os desportivos, e noutras atividades de recreação e lazer, garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens; e garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de outros cidadãos, quando sujeitos a situação de ameaça relevante.

A responsabilidade da operação de segurança é da unidade territorialmente competente da PSP mas enquanto Polícia integral, a PSP utiliza as suas valências que compõe a Unidade Especial de Polícia, que está vocacionada para a realização de operações de manutenção e restabelecimento da ordem e tranquilidade públicas, resolução e gestão de incidentes críticos, intervenção tática em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco, segurança de instalações sensíveis e de Grandes Eventos, segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades.

Segundo Elias (2018b), “a PSP é conhecida pela polícia dos Grandes Eventos”, aliás a PSP refere no site <https://www.psp.pt/Pages/atividades/GestSegGrandEventos.aspx>, que

no panorama nacional e face às responsabilidades consignadas legalmente à PSP nos grandes centros urbanos, verifica-se que a grande maioria dos eventos de média e grande dimensão, que decorrem em Portugal, tem lugar na área de responsabilidade securitária da PSP.

O que é facilmente demonstrado, ao constatarmos que a PSP foi responsável pela gestão da segurança da Expo 98, do Euro 2004 (somente o Estádio do Algarve estava fora da sua área de responsabilidade), da final da Taça UEFA em 2005, da Presidência Portuguesa da União Europeia (EU) em 2007, da Cimeira da NATO em 2010, da Visita do Papa Bento XVI em 2010, da Final da Liga dos Campeões em 2014, dos jogos das eliminatórias e fase de grupos da Liga dos Campeões e da Liga Europa da UEFA, da *Web Summit* em 2016, 2017 e 2018, do Festival da Eurovisão 2018 e pelas inúmeras Visitas de Chefes de Estado a Portugal, entre muitos outros.

Ainda segundo o *site* <https://www.psp.pt/Pages/atividades/GestSegGrandEventos.aspx>, a PSP

consolidou na sua doutrina um modelo de planeamento, sustentado na inteligência policial, e que preconiza a realização de um plano, ou conjunto de planos complementares, visando proteger os cidadãos e a propriedade, tanto no local do evento como nas áreas envolventes, com planos de contingência preparados para contrariar ameaças emergentes e responder a situações inopinadas, onde é determinante a avaliação contínua do risco, que permite o ajustado emprego de meios, em obediência aos princípios fundamentais da atuação policial como p. ex. a proporcionalidade.

O seu modelo de atuação de gestão da segurança em Grandes Eventos assenta em:

princípios de flexibilidade permanente, de forte visibilidade, de baixa ostensividade (sendo apenas elevado o grau de musculação e de ostensividade de meios e de recursos mediante uma avaliação rigorosa da ameaça e do risco). Passou ainda a apoiar-se em princípios de grande mobilidade, de elevados níveis de tolerância, de intervenção informada e seletiva, de graduação e adequação da intervenção policial à situação identificada e através da gestão da capacidade de reação a incidentes. Consiste ainda num modelo integrado entre as vertentes *safety* (diretores de segurança, proteção civil, emergência médica e segurança privada) e *security* (polícia), verificando-se hoje nos principais complexos desportivos em Portugal uma cooperação cada vez mais eficaz entre estas vertente. (Elias, 2018a)

3. PERSPETIVAS COMPARADAS

As cinco perspetivas supracitadas apresentam características comuns, tais como: o carácter planeado dos eventos; a realização dos eventos num espaço-tempo definido; e o impacto mediático que provocam. Nessas perspetivas enquadram-se os desfiles, as manifestações, as visitas de altas entidades, as cimeiras e cerimónias de carácter internacional, os espetáculos de diversão e os espetáculos desportivos.

A UNICRI tem um conceito, porventura, demasiado abrangente de Grandes Eventos, mas é, sem dúvida, um ponto de partida face à inexistência de outros conceitos enquadramentos. Pensamos, porém, que se mostra difícil a sua operacionalização conceptual na medida em que dentro desta vasta definição se enquadram eventos tão distintos como um espetáculo musical realizado por um artista internacional ou uma cimeira política internacional.

No que concerne à perspetiva anglo saxónica, verificamos que é feita a distinção entre os Grandes Eventos, atribuindo-lhes classificações distintas em função da finalidade e das características do evento (desportiva, social, religiosa, etc), de referir que em alguns casos que estudámos, existe uma correlação entre as classificações atribuídas e as medidas de segurança implementadas.

Nos EUA a classificação NSSE é declarada pelo Secretário do DHS em representação do Presidente dos EUA. O facto de ser o Presidente dos EUA, ainda que por intermédio do

DHS, a classificar os eventos evidencia a importância que este país atribui ao sistema de classificação de eventos.

Na perspetiva portuguesa percebemos que a dimensão do evento é o fator determinante na ótica da segurança, sendo frequentemente utilizados qualificativos como “amplo”, “internacional”, “média” e “grande”. No entanto, não é perceptível como é que essa mensuração é feita ou se existe uma implicação direta nos instrumentos de planeamento e operacionalização das operações de gestão de segurança dos eventos.

4. OS GRANDES EVENTOS NA ÓTICA DA SEGURANÇA: DISCUSSÃO

4.1. Caracterização e classificação do evento

Após revisão de literatura para este estudo não conseguimos encontrar uma definição uniformizadora de Grande Evento na ótica da segurança em Portugal.

Assim, de forma a conseguirmos responder à pergunta inicial - Existem na PSP critérios de classificação e categorização de grandes eventos? – consideramos que existem alguns critérios (por exemplo a dimensão), embora em número insuficiente e sem métricas associadas (o que caracteriza determinada dimensão, e a distingue de outra?).

Para responder a essa necessidade propomos a adoção de um conceito capaz de absorver os critérios que se adequem à realidade portuguesa e, sugerindo-se a seguinte formulação: “Grande Evento, na ótica da segurança pública, é um acontecimento público e/ou reservado ao público, planeado, de dimensão local, nacional, internacional, com uma duração de tempo definida, com potencial impacto mediático significativo, especial relevância económica, cultural, desportiva, social, política e/ou religiosa, especialmente atrativo do ponto de vista de agentes de ameaça sofisticados e cuja concretização, ainda que de probabilidade reduzida, acarretaria fortes impactos no sentimento de segurança, económico e social, e que obriga à implementação de medidas de segurança especificamente adequadas à classificação do evento”.

Apesar de sugerirmos esta conceitualização, entendemos que um Grande Evento deve ainda ser classificado, por ordem crescente de importância, em quatro Categorias (de 1 a 4), caso contrário o conceito por nós delineado torna-se demasiado amplo e não consegue cumprir o seu objetivo que é concretizar a dimensão do evento e o perfil das medidas de segurança. Para esse fim, propomos a criação de uma matriz com uma escala numérica. O recurso a este tipo de escala facilita a distinção clara entre tipos de eventos tornando mais perceptível o seu posicionamento entre as diversas categorias e elimina um certo grau de subjetividade nessa avaliação.

Este modelo de classificação através de uma escala numérica é adaptado do sistema norte-americano (vide 2.1.4).

Tentámos seleccionar os critérios de avaliação, com base na literatura consultada ao longo do trabalho e que melhor contribuem, na nossa opinião, para a análise e atribuição da classificação. São eles perceber se o evento é estratégico para o país (saber se houve um memorando de entendimento entre o Governo português e o organizador); aferir a predominância de participantes nacionais de países de elevado perfil securitário; avaliar se a dimensão do evento e o seu impacto mediático são à escala local, nacional, internacional (ex: *Web Summit*) ou global (ex: cimeira G8 ou a visita de alta entidade que faça parte deste grupo de Chefes de Estado); saber se participam altas entidades; qual é a dispersão geográfica (local, distrital ou nacional); e a avaliação de risco efetuada pela PSP.

Importa destacar que a inclusão da Avaliação do Risco como um dos critérios para a classificação do evento, confere a dimensão securitária que entendemos necessária para esta classificação. Ou seja, a operação policial é uma consequência da avaliação dos riscos que existem num determinado acontecimento. Caso esse risco não exista, não há necessidade de medidas de segurança, logo a dimensão securitária é inexistente.

O conceito de risco, segundo José Torres na sua obra *Terrorismo Islâmico: Gestão de riscos para a segurança nacional*, é a “probabilidade de uma determinada ameaça explorar uma vulnerabilidade potencial do sistema resultando um determinado impacto num activo crítico para a missão e objetivos de uma entidade, instituição ou nação” (citado por Torres, 2015, p.9). Segundo Willis, “a avaliação dos riscos permite avaliar a relação custo-benefício das políticas e medidas de segurança implementadas (...) e a potencial emergência de novos riscos” (citado por Fernandes, 2014, p.24).

Assumidamente, não incluímos neste conjunto de critérios o grau de ameaça, isto porque em Portugal, a sua atribuição pressupõe, de acordo com o resultado aferido, um conjunto de medidas de segurança de carácter obrigatório para as Forças de Segurança, independentemente do tipo de evento. Parece-nos que a avaliação de ameaça deve ser uma variável independente na doutrina do planeamento da operação de segurança para um evento, à semelhança do que deverá acontecer com o sistema de classificação do evento.

4.2. Matriz de classificação de Grandes Eventos (Proposta)

Conforme acima referido, atribuímos ao Grande Evento uma escala, por ordem crescente de importância, em quatro Categorias (de 1 a 4). Essa escala é aferida através de uma matriz composta por três colunas. A primeira coluna é composta por cinco critérios principais que

são decompostos em 24 subcritérios e apresentados na segunda coluna. A cada um dos critérios foi atribuído uma valoração numérica (escala crescente) de 1 a 5, conforme demonstrado na terceira coluna.

Tabela1

Matriz de classificação de Grandes Eventos

CRITÉRIOS	SUBCRITÉRIOS	VALOR
PARTICIPANTES	NACIONAIS	1
	ESSENCIALMENTE NACIONAIS	3
	ESSENCIALMENTE INTERNACIONAIS	5
DIMENSÃO DO EVENTO	LOCAL	1
	NACIONAL	3
	INTERNACIONAL	4
	GLOBAL	5
IMPACTO MEDIÁTICO DO EVENTO	LOCAL	1
	NACIONAL	3
	INTERNACIONAL	4
	GLOBAL	5
ESTRATÉGICO PARA O GOVERNO	NÃO FOI POSSÍVEL AFERIR	1
	NÃO	1
	SIM	5
DISPERSÃO GEOGRÁFICA	LOCAL	1
	DISTRITAL	3
	NACIONAL	5
ALTAS ENTIDADES ESTRANGEIRAS	NÃO	1
	SIM	5
AVALIAÇÃO DO RISCO	RESIDUAL	1
	BAIXO	3
	MÉDIO	4
	ELEVADO	5

O resultado da soma desses valores vai atribuir uma classificação que está enquadrada num intervalo de valores correspondente a uma das quatro Categorias.

Tabela 2

Classificação do grande evento

CLASSIFICAÇÃO DO GRANDE EVENTO			
CATEGORIA 1	CATEGORIA 2	CATEGORIA 3	CATEGORIA 4
Igual ou menor a 10	Entre 11 e 19	Entre 20 e 29	Igual ou Acima de 30

A classificação proposta para o Grande Evento se for aceite, deve ser alvo de uma monitorização constante. Os critérios, os subcritérios e inclusivamente a sua valoração podem alterar-se (podem ser acrescentados ou diminuídos) e exigir uma reclassificação. Essa ação vai influir no planeamento da operação de segurança.

A título de exemplo prático, selecionámos alguns eventos de referência, que ocorreram na área de responsabilidade da PSP a fim de obtermos a sua classificação com base nestes critérios. Os valores atribuídos são baseados nas informações que estão publicamente disponíveis e na perceção do autor. Somente pretendemos demonstrar o processo de construção da matriz.

Os Eventos selecionados são a Cimeira NATO, o Festival Eurovisão, a *Web Summit*, Visitas de Chefes de Estado (que não pertençam ao G8), as Queimas das Fitas, o Festival NOS Alive, a Final da Taça de Portugal e os festejos do Sport Lisboa e Benfica aquando a sua vitória no Primeira Liga de futebol.

Tabela 3

Exercício prático

EVENTOS	SOMA DOS SUBCRITÉRIOS	CATEGORIA FINAL
Cimeira NATO	5+5+5+5+1+5+4=30	4
Festival Eurovisão	5+5+5+1+5+5+5= 31	4
<i>Web Summit</i>	3+4+4+5+1+5+4=26	3
Visita de Chefes de Estado (não integrem o G8)	3+3+4+5+3+1+4=23	3
Queimas das Fitas	3+1+3+1+1+1+3=13	2
Festival NOS Alive	3+4+4+1+1+1+4=18	2
Final da Taça de Portugal	1+1+3+1+1+1+4=12	2
Festejos do SL Benfica	1+3+4+1+1+1+5=16	2
Arraial da Junta de Freguesia de Benfica	1+1+1+1+1+1+1=7	1

5. CONCLUSÕES

Os Grandes Eventos estão na ordem do dia e revelam-se cada vez mais importantes para a reputação do país anfitrião. Os seus impactos económicos são enormes e o seu sucesso pode constituir uma referência prestigiante para o local onde ocorrem. A segurança é de facto um dos fatores que posiciona favoravelmente um país para ser anfitrião de uma competição internacional ou de uma grande cimeira internacional.

O sucesso das operações de segurança desenvolvidas pela PSP é abonatório para o bom nome de Portugal e conduz ao reconhecimento público por parte de inúmeras entidades, sem

esquecer naturalmente as congêneres internacionais. Esse resultado advém de um trabalho de planeamento cuidado e pormenorizado, mas a evolução dos eventos tem trazido uma maior complexidade à atuação da PSP, obrigando-a a alicerçar o planeamento das operações de segurança de Grandes Eventos nos três pilares (*security, safety e services*).

Neste último capítulo, procuraremos verificar se os objetivos, a que nos propusemos, foram ou não cumpridos, por forma a dar resposta à pergunta inicial e à pergunta derivada. No final, podemos considerar que cumprimos, na medida em que lográmos propor uma definição de Grande Evento, na ótica da Segurança (*security*), estabelecemos uma classificação de Grandes Eventos com critérios de classificação que assentam em dois vetores principais, a dimensão nacional e/ ou internacional do evento e o resultado da avaliação dos riscos. Por último, criámos uma matriz que permite atribuir uma classificação a um Grande Evento, com base na valorização dos critérios e subcritérios definidos.

À semelhança do que acontece com a doutrina já consolidada no âmbito das ciências policiais para os eventos desportivos, que são um nicho deste objeto de estudo, há também necessidade de desenvolver doutrina para os Grandes Eventos no seu todo.

A investigação desenvolvida, e consequente materialização do produto final, ficou marcada, desde logo, pela escassa literatura policial disponível sobre a temática.

Atendendo ao que expusemos ao longo do presente estudo e aos resultados alcançados, parece-nos adequado propor que o planeamento das operações de segurança a Grandes Eventos é um conjunto de atividades que devem ser influenciadas pela classificação do evento e pelo grau de ameaça.

Para aferir a respetiva classificação, a nossa proposta recai sob a matriz apresentada neste estudo e recomendamos que a elaboração da matriz seja um trabalho articulado entre o Departamento de Operações e o Departamento de Informações Policiais da PSP.

Este trabalho, lança ainda as bases para a futura construção de um referencial de medidas de segurança destinadas a cada categoria de evento, de acordo com as normas em vigor na PSP.

Deixamos ainda como proposta, a criação de uma base de dados com as classificações de todos os Grandes Eventos, pelos quais a PSP é a força de segurança territorialmente competente pela sua segurança. Isto permite que a agregação destes dados, ao longo dos tempos, possibilite um diagnóstico de planeamento mais adequado, bem como avaliar e analisar a evolução histórica do evento.

Por último, no âmbito do planeamento estratégico de um Grande Evento, pensamos que esta classificação poderá auxiliar o SG/SSI a identificar quais os tipos de eventos que

impliquem a sua intervenção no planeamento, e bem assim o perfil dessa intervenção. A nossa proposta é posicionar a intervenção do SG/SSI ao nível dos Grandes Eventos de Categoria 3 e 4, fundamentalmente porque estes implicam uma atuação conjugada e/ou conjunta das diversas FSS face à sua amplitude e carácter internacional. Para o autor, os Grandes Eventos de Categoria 3 e 4 implicam sempre uma reunião de coordenação entre as FSS envolvidas na operação de segurança.

Finalmente, e na ausência de outras disposições sobre esta matéria, parece-nos que eventuais desenvolvimentos desta nossa proposta, poderão, num plano inter-institucional, vir a reforçar o acervo de normas que figuram no Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança.

REFERÊNCIAS

Authorised Professional Practice (2019). Portal do *Policing football*, Retrieved from <https://www.app.college.police.uk/app-content/public-order/policing-football/#top>

Connors, E. (2007). *Planning and managing security for major special events: Guidelines for law enforcement*. U.S. Department of Justice. Retrieved from <https://www.hsdl.org/?view&did=482649>

Council of Europe. *The purpose of the Convention*. Retrieved from <https://www.coe.int/en/web/sport/safety-security-and-service-approach-convention>

Cruz, N. (2016). *Intervenção Algarve: Turismo (versão final)*. Jornadas de Turismo e Segurança. Retrieved from https://www.sis.pt/media/2018/01/Intervencao_algarve_turismo.pdf

Diário de Notícias (2019). *MAI diz que só a segurança de Portugal permite realização de grandes eventos*. Retrieved from <https://www.dn.pt/lusa/interior/mai-diz-que-so-a-seguranca-de-portugal-permite-realizacao-de-grandes-eventos--10139620.html>

Fernandes, L. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*, Lisboa, Edição Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Getz, D. (2007). *Event tourism: Definition, evolution, and research*. Retrieved from <https://pdfs.semanticscholar.org/7867/d2fcbe661f403f7a533d0a470c7b6eae82c1.pdf>

Getz, D. (2009). *Event studies: Theory, research and policy for planned events*. Oxford: Butterworth-Heinemann. Retrieved from <https://books.google.pt/books?id=-IKnHvefiusC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>

Elias, L. (2018b). *Segurança em grandes eventos*. I Congresso ADS: Segurança Privada é muito mais.... [vídeo file]. Retrieved from <https://www.youtube.com/watch?v=ghgsQLyCc6A>

Elias, L. (2018a). *O papel da PSP na prevenção e combate à violência no desporto*. Lidador Notícias. Retrieved from <http://www.lidadornoticias.pt/opiniao-luis-elias-superintendente-da-psp-o-papel-da-psp-na-prevencao-e-combate-a-violencia-no-desporto/>

Institute for Economics & Peace (2018). *Global Terrorism Index 2018: Measuring the impact of terrorism*. Retrieved from <http://visionofhumanity.org/app/uploads/2018/12/Global-Terrorism-Index-2018-1.pdf>

Institute for Economics & Peace (2018). *Global Terrorism Index 2018 wall chart*. Retrieved from <http://visionofhumanity.org/app/uploads/2019/01/GTI2018-A3-poster-wall-chart.pdf>

Institute for Economics & Peace (2019). *Global Peace Index 2019: Measuring peace in a complex world*. Retrieved from <http://visionofhumanity.org/app/uploads/2019/06/GPI-2019-web003.pdf>

Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto - Lei orgânica da PSP. retrieved from http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=&nid=1079&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=#artigo

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto - Lei de Segurança Interna. Retrieved from http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1012&tabela=leis&so_miolo=

Lei n.º 39/2009, de 30 de julho - Combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, Retrieved from http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1326&tabela=leis

Müller, M. (2015). *What makes an event a mega-event? Definitions and sizes*, Retrieved from <https://www.zora.uzh.ch/id/eprint/106250/1/106250.pdf>

National Police Chiefs Council (2018). NPCC Operational Advice - Event Policing v5.4, Retrieved from <http://library.college.police.uk/docs/npcc/NPCC-event-policing-2018.pdf>

New Zealand Government (2018). Portal do *New Zealand Major Events*, Retrieved from <https://www.majorevents.govt.nz/security-2/types-of-events/>

New Zealand Government (2018). *New Zealand Major Events Strategy*, Retrieved from <https://www.majorevents.govt.nz/assets/Major-Events/48637a9b7b/ME-Strategy-colour.pdf>

Polícia de Segurança Pública (2019). Portal da *Gestão da segurança em grandes eventos*, Retrieved from <https://www.psp.pt/Pages/atividades/GestSegGrandEventos.aspx>

Ramalho, J (2013). *Os grandes eventos e a promoção da imagem externa de Portugal*, Retrieved from https://www.janusonline.pt/images/anuario2013/2013_1_26.pdf

Reed, K (2003). *User's manual for national special security events (NSSE)/ special event assessment rating events (SEAR) job aid*, retrieved from <https://homeport.uscg.mil/Lists/Content/Attachments/2718/Users%20Manual%20for%20NSSE%20Job%20Aid.pdf>

Reese, S (2017). *Inauguration Security: Operations, Appropriations, and Issues for Congress*, Retrieved from <https://fas.org/sgp/crs/homsec/R42867.pdf>

Reese, S (2017). *National Special Security Events: Fact Sheet*, Retrieved from <https://fas.org/sgp/crs/homsec/R43522.pdf>

Resolução da Assembleia da República n.º 52/2018, aprova a Convenção do Conselho da Europa sobre uma Abordagem Integrada da Segurança, da Proteção e dos Serviços por Ocasão dos Jogos de Futebol e Outras Manifestações Desportivas, de 3 de julho de 2016, retrieved from <https://dre.pt/home/-/dre/114701945/details/maximized>

Silva, M. (2019). *“Portugal sabe organizar grandes eventos”, diz Siza Vieira*. Observador. Retrieved from <https://observador.pt/2018/11/04/portugal-sabe-organizar-grandes-eventos-diz-siza-vieira>

Torres, J (2015). *Gestão de riscos no planeamento, execução e auditoria de segurança*, Lisboa, Edição Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Turismo de Portugal I.P. (2007). *Plano Nacional Estratégico do Turismo de 2007*, Lisboa, retrieved from https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Documents/Estrat%C3%A9gia/PENT_2007.pdf

Turismo de Portugal I.P. (2017). *Estratégia turismo 2027*, Retrieved from <https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>

United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute (2011), *Foundations of the European House of Major Events Security, A Manual for the International Coordination of Major Events Security Research in Europe*, Retrieved from http://www.unicri.it/topics/major_events_security/eu_sec/111004_EU-SECII_FINAL%20MANUAL.pdf

United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute (2014). *A user guide for police security planners and policy makers*, Retrieved from [http://www.unicri.it/services/library_documentation/publications/unicri_series/Full Text%20the European house of major events.pdf](http://www.unicri.it/services/library_documentation/publications/unicri_series/Full_Text%20the%20European%20house%20of%20major%20events.pdf)

U.S. Department of Homeland Security (2004). *National Response Plan*, Retrieved from <https://fas.org/irp/agency/dhs/nrp.pdf>

U.S. Department of Homeland Security. *National Response Plan*, Retrieved from <https://fas.org/irp/agency/dhs/nrp.pdf>